

# A DISPUTA PELO TERRITÓRIO: AGRICULTURA CAMPONESA VERSUS AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE BALSAS MARANHÃO

*Dispute for the territory: peasant agriculture versus agribusiness in the municipality of Balsas Maranhão*

**Ademir Terra\***

**\*Universidade Estadual do Maranhão - UEMA / São Luís, Maranhão**  
ademir.terra@outlook.com

## RESUMO

O presente trabalho coloca em análise os conflitos socioterritoriais que envolvem camponeses e grandes produtores ligados ao agronegócio no município de Balsas - MA, objetivando explicitar a dinâmica e os impactos destes conflitos nos assentamentos rurais São José e Gado Bravinho. Assim, buscamos desvendar o intrincado mosaico dos conflitos que envolvem tais atores sociais, com consequências nefastas para os camponeses e para o meio ambiente. Esses confrontos, todavia, na maioria das vezes, permanecem encobertos pela ideológica “cortina de fumaça” do pseudodesenvolvimento econômico/social promovido pelo agronegócio, tudo isso sob o olhar enviesado dos agentes públicos que deveriam, imparcialmente, arbitrá-los. Tais conflitos no sul do Maranhão, com epicentro no município de Balsas, têm sua gênese ligada às políticas de povoamento e de incentivos agrícolas efetivadas pelos governos militares na década de 1970, quando a região recebeu um grande número de migrantes oriundos do sul do país, trazendo consigo a territorialidade do agronegócio, muito distinta, porém, daquela que caracteriza os camponeses, produtores que historicamente habitam o cerrado sul maranhense, os quais, através da resistência, buscam a manutenção do seu modo de vida e de seu território. As atividades desempenhadas pelos novos atores sociais nem sempre têm sido executadas sob os melhores critérios em termos de preservação da natureza e da valorização das territorialidades preexistentes, o que, a partir de sua chegada, fomentou a instalação de novos conflitos socioterritoriais que se reconfiguram e se tornam constantemente mais complexos.

**Palavras-chave:** Conflitos socioterritoriais. Agronegócio. Camponeses.

## ABSTRACT

This paper analyses the socio-territorial conflicts between peasants and large producers connected to agribusiness in the municipality of Balsas - Maranhão, aiming at explicating the dynamics and the impacts of these conflicts in the rural settlements of São José and Gado Bravinho. Thus, we seek to unveil the intricate mosaic of conflicts in which these social actors are involved, with nefarious consequences for the peasants and the environment. These conflicts, however, most of the times, remain hidden by the ideological “smokescreen” of the economical/social pseudo-development promoted by agribusiness, all under the skewed look of public agents who should impartially arbitrate them. Such conflicts in the south of Maranhão, with its epicenter in the municipality of Balsas, has its origins related to the settlement policies and agricultural incentives carried out by the military government in the 1970s, when the region received a great number of immigrants coming from the south of the country. These immigrants brought with them the territoriality of agribusiness, which is very different, however, from that which characterizes the peasants, producers who have historically inhabited the savanna in the south of Maranhão and have, through resistance, fought for the maintenance of their way of life and their territory. The activities performed by the new social actors have not always been executed under the best criteria in terms of nature preservation and appreciation of pre-existent territories, which have, since its beginning, promoted the installation of new socio-territorial conflicts that reconfigure themselves and become constantly more complex.

**Keywords:** Socio-territorial conflicts. Agribusiness. Peasants.

## 1. INTRODUÇÃO

O sul do Maranhão permaneceu por mais de dois séculos ocupado pela pecuária extensiva associada ao cultivo de subsistência, responsável pelo abastecimento de centros urbanos nordestinos. O solo da região foi, por muito tempo, considerado inadequado para o cultivo agrícola de elevada produtividade destinada à exportação. Contudo, o avanço tecnológico e a modernização da agricultura, nos anos 1970, tornaram o Cerrado e a Amazônia Legal maranhenses atrativos às novas frentes de expansão agrícola, em detrimento das populações tradicionais.

O cultivo da soja se expandiu rapidamente, como resultado de uma combinação de fatores, entre eles, a melhoria dos preços, a concessão de subsídios governamentais diretos e indiretos, especialmente no que se refere a investimentos, e as parcerias estabelecidas entre o Estado e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), visando ao desenvolvimento de novas variedades de cultivares de soja adaptadas às condições da região e à utilização da Estrada Ferroviária de Carajás (EFC) no escoamento da produção através do Porto de Itaqui, o que colocou a região em destaque na sojicultura.

A inovação tecnológica e a intensificação do trabalho estimulados pelo Estado são características dos sistemas produtivos ligados à agricultura patronal e afetam diretamente o processo de produção do camponês (GROSSMAN, 1998), o qual sempre marcou a atividade no sul do Maranhão, sem a presença de grandes grupos produtores de grãos. Mas nos anos 1990, a agricultura começou se transformar em atividade empresarial, trazendo consigo um intenso processo de concentração da posse da terra e o acirramento dos confrontos entre especuladores de terras, sojicultores e trabalhadores rurais, com o envolvimento também de lideranças sindicais e membros das igrejas católica e luterana. Desde então, os conflitos pela posse da terra se intensificam na Microrregião Gerais de Balsas, que passou a sofrer, ao mesmo tempo, profundas mudanças.

A análise desse processo pautou-se na compreensão dos principais atores sociais envolvidos, (camponeses e sojicultores), dando ênfase aos grupos marginalizados (LITTLE, 2006), os mais afetados pelas relações assimétricas de poder (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007), assim como das especulações de legitimação das práticas sociais de apropriação do espaço e de seus recursos naturais, para que as inter-relações fossem mapeadas e as conexões entre as esferas local, regional e nacional pudessem ser apreendidas.

Na presente pesquisa, procuramos averiguar os processos de mudança nos modos de produção, como transformações espaciais provocadas pelas práticas dos atores sociais; territorialização e configurações sociais associadas às principais atividades agropecuárias desenvolvidas no município de Balsas, no Maranhão; bem como os conflitos socioterritoriais que envolvem agricultores tradicionais e sojicultores, compreendidos como parte das dinâmicas de territorialização.

Para tanto, recorreremos ao materialismo histórico, visto que possibilita analisar como o homem se organiza na produção e reprodução do capital através dos tempos. Com base no seu aporte, desenvolvemos as discussões, evidenciando as perspectivas dos dois atores sociais aqui abordados, além da dinâmica do capital, que envolve ambos de formas distintas.

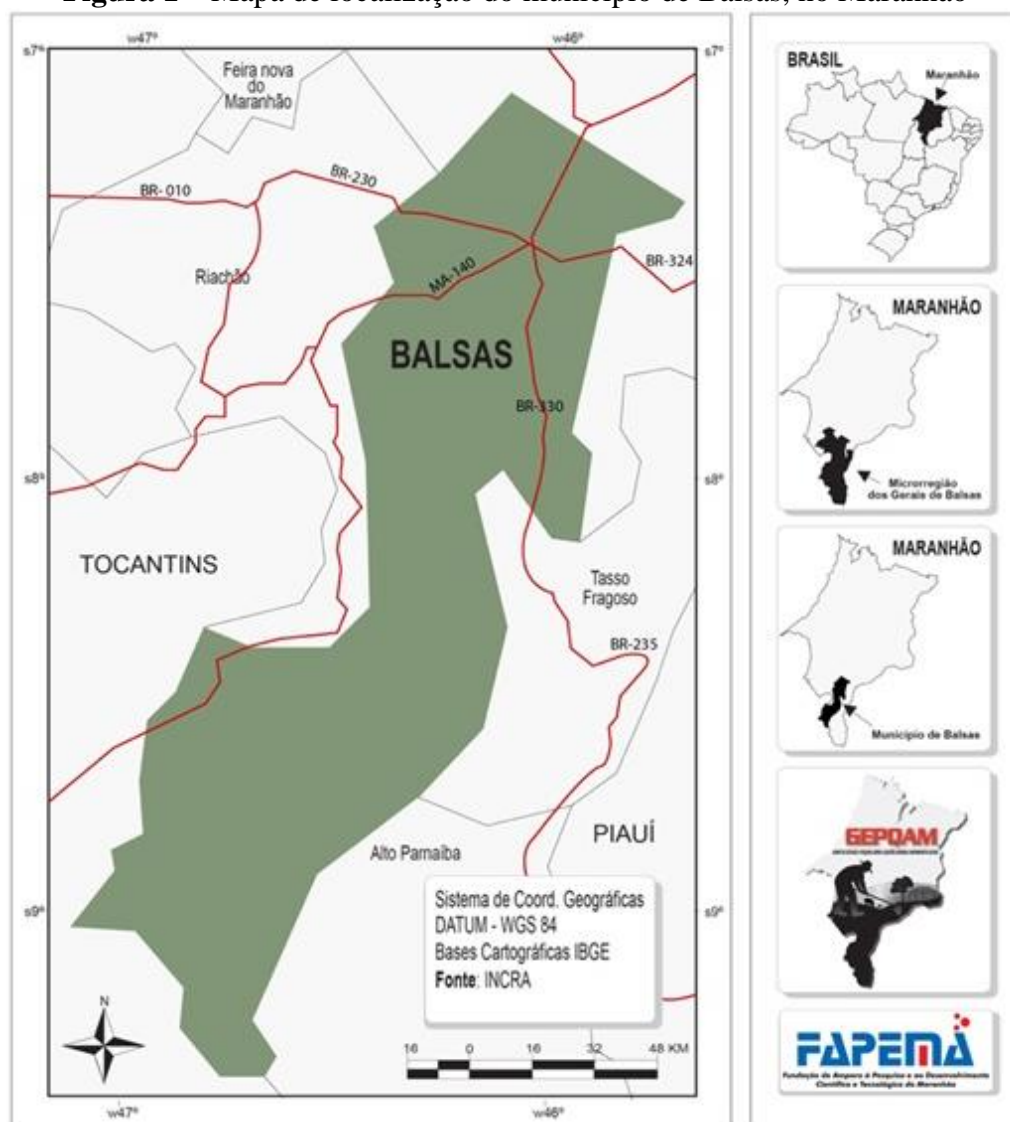
No percurso metodológico deste estudo, valemo-nos, em um primeiro momento, de uma pesquisa de caráter bibliográfico em busca de dados secundários, realizada em livros, periódicos, anais de eventos e projetos, anuários e outros documentos elaborados pelo poder público e as sociedades civis (PISCIOTTA, 2003; MARCONI; LAKATOS, 2003). Duas áreas conflituosas foram visitadas no município de Balsas. No assentamento rural São José, palco de ocorrências de conflitos até 2015, duas lideranças locais concederam entrevistas – o presidente da associação e a diretora da escola – e dezoito famílias de camponeses assentados responderam um questionário elaborado para esse fim. No assentamento rural Gado Bravinho, por se encontrar em fase inicial de implantação, estando, portanto, os conflitos diretos pela terra ainda acirrados, as entrevistas foram feitas com lideranças dos assentados e, por uma questão logística, apenas duas famílias camponesas

responderam o questionário, uma vez que elas estão dispersas na área e as vias de acesso são muito precárias. Além das entrevistas realizadas com os camponeses dos assentamentos São José e Gado Bravinho, realizamos entrevistas com lideranças de importantes organizações que atuam na defesa dos camponeses e povos tradicionais do município, como é o caso da Comissão Pastoral da Terra - CPT e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Balsas - STTR.

## 2. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE BALSAS

Localizado nas coordenadas geográficas 07° 31' 57" de latitude sul e 46° 02' 08" de longitude oeste (Figura 1), o município possui altitude média de 247 metros em relação ao nível do mar. Abriga uma população estimada de 93.511 habitantes (IBGE, 2016), com uma densidade demográfica de 6,36 hab./km<sup>2</sup>, numa área de 13.141,733 km<sup>2</sup>, a uma distância aproximada de 585,86 km de São Luís, capital do estado do Maranhão. Sua localização geográfica é estratégica, uma vez que é cortado pelas rodovias BR 230, a Transamazônica, BR 330, BR 324 e também a MA 140.

**Figura 1** – Mapa de localização do município de Balsas, no Maranhão



Fonte: INCRA (2018).

Associada a outros fatores, essa posição explica o fato de o município representar hoje uma das principais áreas de produção agrícola mecanizada do estado, processo este desencadeado a partir

do plano de colonização elaborado na década de 1970, durante o governo militar, componente mais importante do Programa de Integração Nacional<sup>1</sup>. Essa política, implantada nas regiões menos exploradas do país, no caso, o Norte e o Nordeste, buscava promover o povoamento dessas áreas, bem como a consolidação das cadeias produtivas do agronegócio.

É nesse contexto que Balsas foi paulatinamente modificada e transformada (Figura 2 e 3) “num espaço nacional de economia internacional” (SANTOS, 1996, p. 244), em razão da territorialização de fazendas produtoras de milho, soja e algodão, cenário que atraiu, e continua atraindo cada vez mais, empreendimentos voltados para o mercado de *commodities*.

**Figura 2** – Implantação de fazenda de grãos em Balsas - MA em 1976



Fonte: IBGE, 2019.

**Figura 3** – Lavoura de grãos em Balsas - MA em 2018



Fonte: RODRIGUES, 2018.

Balsas é o terceiro maior município do Maranhão em extensão territorial. Na sua sede se concentra o maior número de empreendimentos responsáveis pela territorialização e espacialização do setor agrícola mecanizado no sul do estado e fundamentais para dar suporte à cadeia do agronegócio, entre eles: concessionárias de revenda de máquinas, implementos e insumos agrícolas; armazéns e silos para o acondicionamento de grãos; escritórios de empresas que comercializam a produção regional, principalmente no mercado internacional; escritórios de empresas de assistência técnica; empresas transportadoras. Tais características são resultado de um conjunto de ações das distintas esferas de governo, sobre as quais passamos a discorrer em seguida.

### **3. LEI SARNEY, BASE PARA ACENTUAR A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E A EXCLUSÃO NO MARANHÃO**

Durante o governo militar, o estado viveu uma fase conhecida como "Maranhão Novo", que trazia consigo políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da indústria e do campo. Essa ação desenvolvimentista teve como seu ponto alto a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA), que constituiu o espaço de convergência das várias medidas governamentais. Nesse período, a nova ordem política colocou em prática seu projeto de modernizar a agricultura maranhense, com o apoio de grandes investimentos que levariam adiante a ideia de implantar um padrão moderno de manejo agrícola e pecuário.

Para que os interesses políticos pudessem ser concretizados, leis estaduais se ajustaram aos objetivos federais. Por meio do Decreto nº 3.831, de 06 de dezembro de 1968, José Sarney, então governador do estado, criou a Reserva Estadual de Terras, cujos órgãos regionais, as Delegacias de Terras, ligadas à Secretaria da Agricultura, “não tiveram outro objetivo a não ser de disciplinar a ocupação e o de titular as áreas” (ASSELIN, 2009, p.152). O ato seguinte levado a cabo pelo

governador Sarney foi a elaboração da Lei nº 2.979, a Lei de Terras, regulamentada pelo Decreto nº 4.028, de 28 de novembro de 1969, que “facultava a venda das terras devolutas sem licitação, para grupos organizados em sociedades anônimas, sem número limitado de sócios podendo requerer cada um, até 3.000 hectares” (ASSELIN, 2009, p.152).

A modernização teve como decorrência o aumento da violência já presente nas regiões do interior maranhense, e a expulsão dos camponeses das localidades almejadas foi o ápice para o acirramento do conflito entre eles e os que se diziam donos das terras. O desenvolvimento era a palavra de ordem, pois a citada Lei de Terras, em seu artigo 14, dispunha: “Não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário rural no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não sejam devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial.”

Ficava assim expresso, legalmente, que os trabalhadores rurais, em suas pequenas posses, não estavam incluídos nesse interesse desenvolvimentista. As ações do Estado estavam claramente voltadas a satisfazer os interesses de grupos de investidores, visto que o passo seguinte seria a oferta de terras a empresas e grupos de fora do Maranhão, os quais foram atraídos por meio de anúncios de disponibilização de áreas, com a dispensa de concorrência pública ou leilão, a preços vantajosos, sem juros e sem correção monetária.

Esse conjunto de leis implantadas no Maranhão durante o governo José Sarney, em especial a que ficou conhecida como Lei Sarney de Terras, por ser uma das principais medidas tomadas durante seu governo, permitiu uma reestruturação territorial nessa unidade da federação, sem que efetivamente promovesse o apregoado desenvolvimento rural. Ao contrário, potencializou ainda mais a concentração de terras, a devastação da vegetação do cerrado, a contaminação dos rios, a exclusão dos camponeses, o aumento da pobreza urbana e, principalmente, o conflito fundiário que caracteriza o Maranhão da atualidade, sem dúvida, o lado perverso do avanço da agricultura científica globalizada em terras maranhenses.

#### **4. A ESPACIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA CIENTÍFICA GLOBALIZADA NO SUL DO MARANHÃO**

O uso das terras do cerrado maranhense para a sojicultura teve seu início por volta de 1971 e 1974, quando se fizeram os:

[...] primeiros estudos experimentais com soja através do Departamento de Pesquisa e Experimentação - DEPE da Secretaria de Agricultura do Maranhão - SAGRIMA através de convênio firmado com a SUDENE [...]. Em 1978 a Empresa Agropecuária do Estado do Maranhão - EMAPA, sob a coordenação do Centro Nacional de Pesquisas com soja - CNPSo/EMBRAPA ampliou e iniciou um programa de pesquisa com soja, cujo finalidade era verificar, a nível de campo, a adaptabilidade da cultura em algumas regiões do estado, sendo selecionados os municípios de Bacabal, Balsas e Brejo, localizados em Microrregiões distintas [...] (FERREIRA, 2008, p. 101 e 102).

A partir de 1995, com a implementação de sua Fase III, o Maranhão foi incluído no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)<sup>2</sup>, que tinha como objetivos, aproveitando todo seu potencial, tornar mais produtivas as áreas de cerrado do estado e do vizinho Tocantins (ex-norte de Goiás), bem como estimular a migração racional. Implantado a partir da criação do Projeto de Colonização Gerais de Balsas (PC-GEBAL) em julho de 1996, o Programa visava, fundamentalmente, incentivar a colonização por agricultores familiares de médio porte que não possuíam terra, cuja seleção foi realizada principalmente por cooperativas, em sua região. Sua área de abrangência foi de 80 mil ha, metade da qual mantida como reserva ecológica, comportando, portanto, a

[...] exploração de 40 mil ha por 42 colonos, tendo consumido investimentos de US\$ 138 milhões de recursos dos governos brasileiro (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/Banco do Nordeste) e japonês (Japan International Corporation Agency - JICA) (GIORDANO, 1999, p. 114).

Essas políticas resultaram na introdução do cultivo da soja destinada à exportação e desenvolvido por empresas como a Agropecuária e Indústria Serra Grande Ltda. (AGROSERRA), VARIG Agropecuária, CUTRALE, CARGIL e CEVAL. Esses grupos empresariais se instalaram no município de Balsas, atraídos, além de inúmeros outros benefícios, pelo baixo valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e pela disponibilidade de terras planas nas áreas das chapadas.

A inserção da agricultura moderna da soja em Balsas, comandada pelas políticas governamentais, em consonância com a chegada de migrantes sulistas na década de 1980, repercutiu numa nova re/organização do espaço da produção agrícola regional. O cultivo da planta baseado em tecnologias modernas de alta produtividade, que se iniciou nos anos 1970 no sul do Brasil, expandiu-se em direção às demais regiões do país, ocupou áreas do cerrado e da pré-amazônia, dando continuidade ao que se chamou a “marcha da soja”.

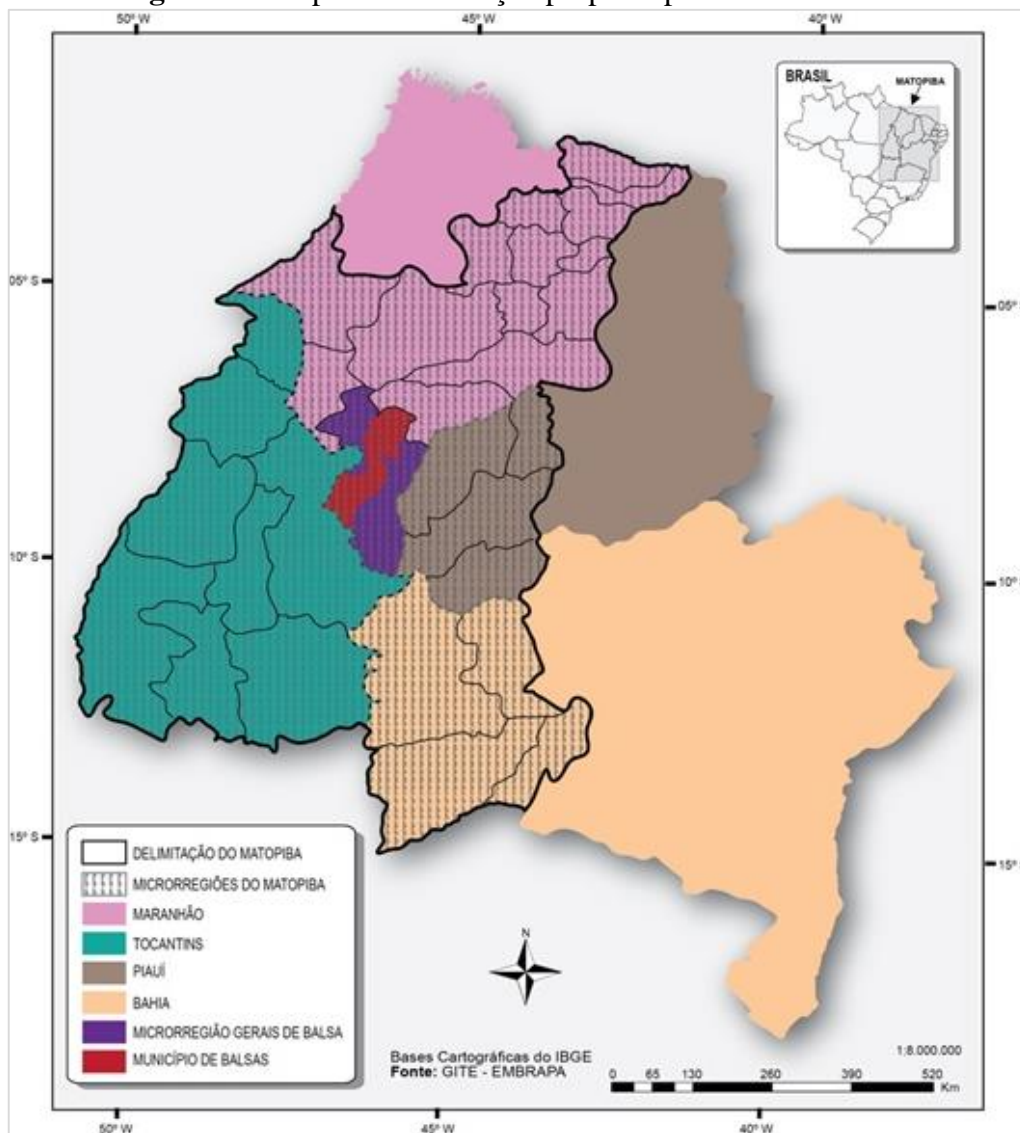
Esse processo teria como desdobramento a formação da grande fronteira agrícola nacional na atualidade, denominada MATOPIBA<sup>3</sup> (acrônimo formado pelas iniciais dos estados Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), cuja delimitação territorial foi proposta pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) da EMBRAPA (Figura 4). De acordo com os dados do IBGE (2010), o MATOPIBA abrange 337 municípios em 31 microrregiões geográficas, numa área com cerca de 73 milhões de hectares, onde se encontram aproximadamente 324 mil estabelecimentos agrícolas, 781 assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas, 35 terras indígenas, além de 46 unidades de conservação.

O êxito de tal projeto, sob o ponto de vista do agronegócio, pode ser vislumbrado quando analisamos os dados disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), segundo a qual, na safra 2014/2015, o MATOPIBA foi responsável por 19,7 milhões de toneladas de algodão em pluma, soja, arroz e milho, em uma área de 5,7 milhões de hectares. Especificamente em relação à soja, a região, que na safra anterior (2013/2014) havia produzido 8,7 milhões de toneladas do grão, já na seguinte, teve um incremento de 21,7% e chegou a 10,5 milhões de toneladas, o equivalente a 11% da produção nacional. Segundo os produtores da região, esse aumento só não foi maior em função do ataque de pragas, como a lagarta e a mosca branca, que acometeram então as plantações. Num futuro próximo, todavia, os dados relativos à produção poderão ser ainda mais expressivos, pois, de acordo com a CONAB, mais 10 milhões de hectares podem ser incorporados à área plantada.

O município de Balsas - MA é o terceiro maior produtor de grãos da região do MATOPIBA, ficando atrás apenas das cidades baianas, Formosa do Rio Preto e São Desidério (SINDBALSAS, 2016). Com a ajuda de diversos programas governamentais, assim como o ocorrido nos estados do Sul do país e em áreas de expansão da fronteira agrícola brasileira no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, o avanço da produção mecanizada da soja legitimou a concentração fundiária no Maranhão, o que se comprova com a comparação dos dados colhidos nos últimos censos agropecuários do IBGE.

No período avaliado, o número de pequenas propriedades (menos de 10 ha), faixa onde predomina o campesinato, sofreu uma queda de 309,05%, evidenciando que a manutenção do campesinato não faz parte das preocupações dos gestores de políticas voltadas para o campo maranhense. Um decréscimo também ocorreu em relação aos grandes latifúndios (mais de 1.000 ha), tendo em vista que as 2.343 unidades registradas em 1985 passaram a 1.716, em 2006. Quanto a este fato, aventamos a hipótese de ser resultado da grande pressão exercida pelos movimentos sociais a partir da década de 1980, que teve como consequência o fortalecimento da política de criação de assentamentos rurais, bem como da imposição das políticas de combate aos latifúndios improdutivos, não por acaso também resultante dessa luta.



**Figura 4** – Mapa de delimitação proposta para o MATOPIBA

Fonte: GITE - EMBRAPA (2014).

O número de propriedades incluídas na faixa de 10 a menos de 100 ha vem aumentando de forma muito lenta, o que demonstra a falta de efetividade das políticas oficiais voltadas para a denominada agricultura familiar. Contudo, o aparentemente lento acréscimo de propriedades da faixa entre 100 e menos de 1.000 ha, após 1980, é proporcional à acelerada queda do número daquelas com menos de 10 ha. A totalidade da área que é subtraída desta faixa tem um rebatimento drástico para o campesinato, ao mesmo tempo em que a junção das propriedades nela contidas e sua consequente incorporação à faixa de 100 a menos de 1.000 ha não representa um número tão expressivo para este que é, por excelência, o extrato do agronegócio.

## 5. O CAMPESINATO NO MUNICÍPIO DE BALSAS

Compreendemos o camponês como um agente social do campo, cuja economia, segundo Carvalho (2014) baseado em premissas de Chayanov (1925), se caracteriza por estar centrada na mão de obra familiar e sem influência externa: “[...] a família e as relações que dela ressaltam têm que ser o único elemento organizador da economia sem assalariados” (CARVALHO, 2014, p. 195). Sendo poliprodutor, cultiva quase tudo aquilo que precisa para sua alimentação.

Para o camponês, o território é carregado de identidade, características e complexidades, pois ele tem na unidade de produção familiar a centralidade do seu trabalho e mão de obra, sempre ligado a terra/território, seja por afeto ou cultivo, e não busca acúmulo de capital. Diferentemente, portanto, de um microempresário familiar, microprodutor familiar, ou agricultor familiar, ele busca seu sustento e independência econômica e alimentar.

Contudo, ao longo do tempo, o camponês incorporou alguns mecanismos em suas características e também em seu modo econômico, como é o caso do trabalho acessório, objetivando o fortalecimento da centralidade da família. Mesmo que fosse imperativo a um dos membros do núcleo familiar trabalhar fora dos seus domínios, os ganhos alcançados com tal atividade extraterritorial comporiam sempre o caixa familiar.

Havia um “modo de produção doméstico”, distinto do escravismo, feudalismo e capitalismo. Seu modo partia do grupo doméstico individual, cujo objetivo básico seria garantir a satisfação de suas necessidades, e não a realização do lucro, razão pela qual o campesinato não deveria ser considerado como uma forma de capitalismo incipiente, o núcleo de sua teoria está no princípio subjetivo do equilíbrio entre necessidades e subsistência e rejeição do trabalho manual além de determinado limite [...] (WOORTMANN, 2014, p. 231).

Assim, tendo como substrato o solo, o camponês e sua família o utilizam de várias formas, diferenciando-se, todavia, de outras classes sociais: com técnicas e formas de utilização que visam ao menor grau de degradação do solo e da vegetação, seu modo de cultivo respeita a natureza, a fauna e a flora, que são tratadas com afeto e com as quais tem ligações centradas nas interações mútuas. É implícita a compreensão de que a partir do solo é que se fazem ou se expandem as demais relações, é do solo que vingam a morada, as culturas, os cultivos, a religiosidade e as relações mais diversas, que são ora simétricas/assimétricas, ora rígidas e ainda mais divergentes.

O camponês é definido não apenas pelo modo de vida, mas pelos atributos sociais, econômicos, culturais e outros tantos que compõem seu modo tradicional de se ligar à terra. Hoje, ele traz consigo muito mais que os sinais de uma vida penosa na lida com a terra: é portador de profundas marcas de luta e enfrentamento para sua produção e reprodução. De acordo com Carvalho e Costa (2012), o camponês detém algumas características únicas:

Os saberes e as experiências de produção vivenciados pelas famílias camponesas são referenciais importantes para a reprodução de novos ciclos produtivos; as práticas tradicionais, o intercâmbio de informações entre vizinhos, parentes e compadres, o senso comum, assim como a incorporação gradativa e crítica de informações sobre as inovações tecnológicas que se apresentam nos mercados, constituem um amálgama que contribui para as decisões familiares sobre o que fazer; o uso da terra pode ocorrer de maneira direta pela família, em parceria com outras famílias vizinhas ou parentes, em coletivos mais amplos ou com partes do lote arrendados a terceiros; a diversificação de cultivos e criações, alternatividade de utilização dos produtos obtidos, seja para o uso direto da família, seja para usufruir de oportunidades nos mercados, são aspectos presentes, assim como diversas combinações entre produção, coleta e extrativismo; a unidade de produção camponesa pode produzir artesanalmente e fazer o beneficiamento primário de produtos e subprodutos; os rendimentos monetários para a família são garantidos por meio de fontes diversas, desde a venda da produção até a remuneração para dias de serviço de membros da família; a solidariedade comunitária (troca de dias de serviço, festividades, celebrações), as crenças e os valores religiosos são, por vezes, empregados às práticas da produção; elementos da cultura patronal também são percebidos em seu modo de vida (CARVALHO; COSTA, 2012, p. 27).



Apesar das inúmeras crises de sobrevivência e de subsistência social, o camponês resiste e cultiva a terra, mesmo que precariamente, para se manter. Reconhece sua inferioridade perante o seu grande inimigo, o capitalismo feroz do agronegócio, mas o reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação a que pode estar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações, as quais podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês (MARQUES, p. 59, 2008).

Ainda que resista às diversas barreiras impostas todos os dias pelo capital, o campesinato sofre as consequências da territorialização do agronegócio no Brasil. Como lembra Fernandes (2008), para “a sua territorialização, o capital precisa destruir outros territórios, como, por exemplo, os territórios camponeses e indígenas. Esse processo de territorialização e desterritorialização gera conflitualidades diferenciadas que se modificam de acordo com a conjuntura da questão agrária” (FERNANDES, 2008, p. 02). Em Balsas não é diferente: o camponês tem vivido lado a lado com as gigantescas plantações de grãos e, também, lidado com as diversas mazelas por elas trazidas, como a contaminação das águas, a morte de pequenos animais, as pragas nas plantações e os conflitos territoriais, cuja solução não tem sido fácil, devido ao descaso do poder público.

A paisagem característica do território camponês, que resiste ao agronegócio, é pequena, e o cultivo diversificado de alimentos, como arroz, feijão, milho e mandioca, é a base de sua produção e também de sua alimentação. No município de Balsas, os agricultores camponeses que vivem dessa forma de produção são forçados a ceder espaço à monocultura da soja, ou a vender suas terras para os grandes produtores de *commodities*, o que os obriga a se deslocarem para a periferia da cidade e/ou dos municípios circunvizinhos, e até para outras regiões.

O arroz, cuja área cultivada sofreu uma grande queda nos últimos anos, em particular, é exemplo do processo de substituição de culturas e de uma sobreposição da paisagem campesina. Contudo, o camponês continua lutando na região para se fixar através da produção. Essa resistência se expressa pelo crescimento de outras culturas relacionadas ao trabalho familiar e comunitário, como por exemplo a do feijão, cujo plantio, no período em que houve redução da área cultivada com outros produtos da agricultura camponesa, se expandiu, de uma área de 326 hectares em 2010, a 4.330 hectares no ano de 2015, segundo o IBGE.

Alguns camponeses comercializam seus produtos – em geral alimentos naturais de excelente qualidade e baixo custo, cultivados sem o uso de agrotóxicos – aos sábados, no mercado municipal de Balsas (Figura 5).

**Figura 5** – Feira Municipal de Balsas



**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2017.

Segundo a presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Balsas - STTR, esses produtores também forneciam alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>4</sup> e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>5</sup>. Essa parceria, no entanto, foi interrompida, visto que o PAA não funciona desde o ano de 2016, e o PNAE foi suspenso no município, no mês de março de 2017, em virtude de a prefeitura municipal não ter realizado a devida prestação de contas.

## 6. CONFLITOS PELA TERRA NO MARANHÃO

A questão fundiária remonta ao passado colonial brasileiro, quando então teve início a concentração de terras no Brasil, ocasionada pelo modelo de ocupação territorial adotado pela Coroa Portuguesa. Todavia, os conflitos que emergem dessa questão tornaram-se mais evidentes a partir do século XIX, agravando-se no século XX, em face da ausência de efetivas regulamentação e fiscalização na distribuição de terras no país.

Os conflitos territoriais, sufocados com a instalação do regime militar no país, em 1964, ressurgiram com a abertura política, em meados dos anos 1980, agravados pela crise econômica ocorrida logo após o chamado “milagre brasileiro”. A partir da segunda metade dos anos 1990, com as sucessivas mudanças institucionais e a modernização do setor agrícola, que repercutiram no ambiente de negócios brasileiro, as demandas sociais se aprofundaram e as questões econômicas relacionadas a esses conflitos se tornaram ainda mais complexas.

Para a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os conflitos fundiários se definem como:

[...] ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc., (CPT, 2016, p. 16).

O Maranhão entrou na lista de territórios conflituosos da CPT a partir de 1985, quando foram registrados 71 conflitos no estado, e os dois primeiros assassinatos de trabalhadores rurais sem-terra – migrantes expulsos do oeste do estado – ocorreram em Imperatriz, motivados pela grilagem de uma área denominada Fazenda Pindaré (mais tarde dividida entre os grupos VARIG, SHARP, CACIQUE, MESBLA e PÃO DE AÇUCAR), a qual, no ano seguinte, recebeu o nome de “Fazenda Criminosa”, por ser palco do assassinato de vários outros trabalhadores rurais.

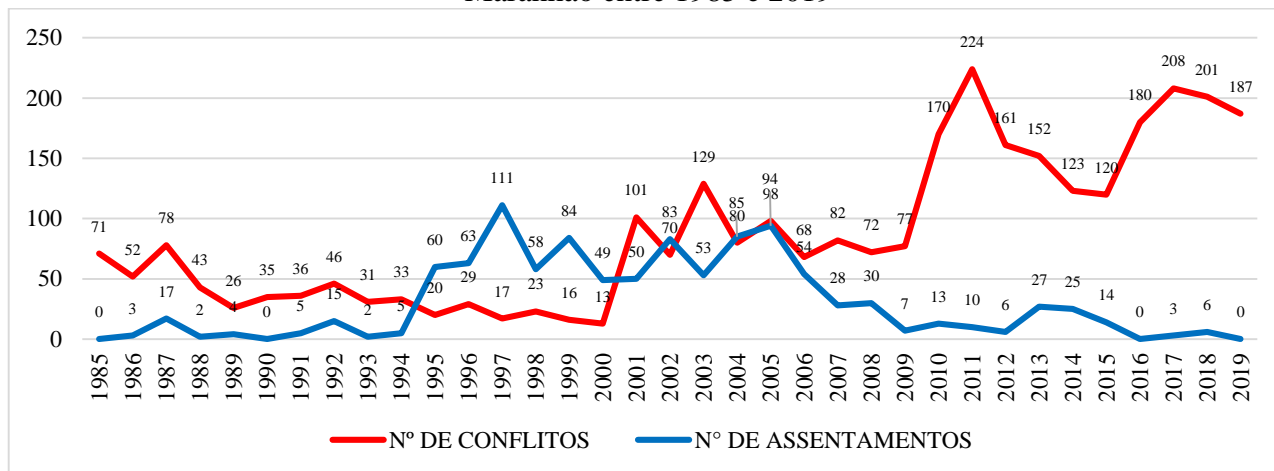
Os problemas que emergem devido à grande concentração de terras nas mãos de poucos persistem até os dias de hoje no estado do Maranhão. Muitos camponeses, que dependem da terra para a produção e sua reprodução social, não dispõem dela para desenvolver suas atividades. Os incentivos públicos e a legislação têm beneficiado os latifúndios que, a cada ano, aumentam ainda mais seus domínios territoriais, voltados para a produção e a expansão do agronegócio, enquanto os camponeses perdem suas terras e não conseguem viver, como antes, do extrativismo e do cultivo para a subsistência. Silva e Cunha (2012) afirmam que:

O direito a terra tem sido uma bandeira de luta de trabalhadores rurais em todo o Maranhão. As lutas extrativistas não ficaram atrás nessa empreitada reivindicatória. Os conflitos em torno dos babaçuais também somaram números alarmantes. Parte desses conflitos pode ser visualizada na região do Mearim, pertencente à Zona dos Cocais, maior produtora de babaçu no estado (SILVA; CUNHA, 2012, p. 05).

O Maranhão convive com um aumento progressivo das questões que envolvem a posse da terra. Segundo dados da CPT, nessa unidade da federação, entre os anos de 1985 e 2019, ocorreram

cerca de 3.072 conflitos envolvendo cerca de 283.479 famílias, a grande maioria deles em comunidades da zona rural onde estão sendo implantados grandes empreendimentos. A criação de assentamentos rurais tem se tornado uma forma de amenizar os conflitos, não só no Maranhão, mas em todo o país, no entanto, o número de iniciativas dessa natureza não chega a se comparar ao de ocorrências registradas pela CPT (Figura 6).

**Figura 6** – Gráfico da evolução dos conflitos pela terra e da criação de assentamento rurais no Maranhão entre 1985 e 2019



Fonte: CPT, INCRA, 2020.

A região maranhense que concentra o maior número de conflitos encontra-se na faixa de transição geográfica entre o bioma do Cerrado do Centro-Oeste e a floresta amazônica, áreas atravessadas pelos rios Tocantins e Araguaia. Nelas se acirram as disputas pela posse de vastas extensões de terra adequadas para a agricultura e a pecuária, parte das riquezas do estado, culminando em graves confrontos entre fazendeiros e posseiros, com maior letalidade para os camponeses dessas áreas.

O Maranhão é o estado da federação que apresenta os maiores índices de população rural: 48,08% dos habitantes moram no campo, conforme dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD). A estrutura fundiária permanece fortemente concentrada. A agricultura camponesa é de baixo padrão tecnológico, praticada, predominantemente, em pequenas propriedades. A luta pela terra no Maranhão é também uma das maiores do Brasil, realidade comprovada não só na atualidade, como também ao longo da história desse estado. Os conflitos agrários ocorrem em áreas agricultáveis, disputadas pelos grandes produtores para a implantação de pastagem e, mais recentemente, da grande lavoura capitalista que expulsa os camponeses para as pequenas cidades localizadas próximas às gigantescas plantações, principalmente, de soja.

### 6.1. Conflito entre sojicultores e camponeses em Balsas

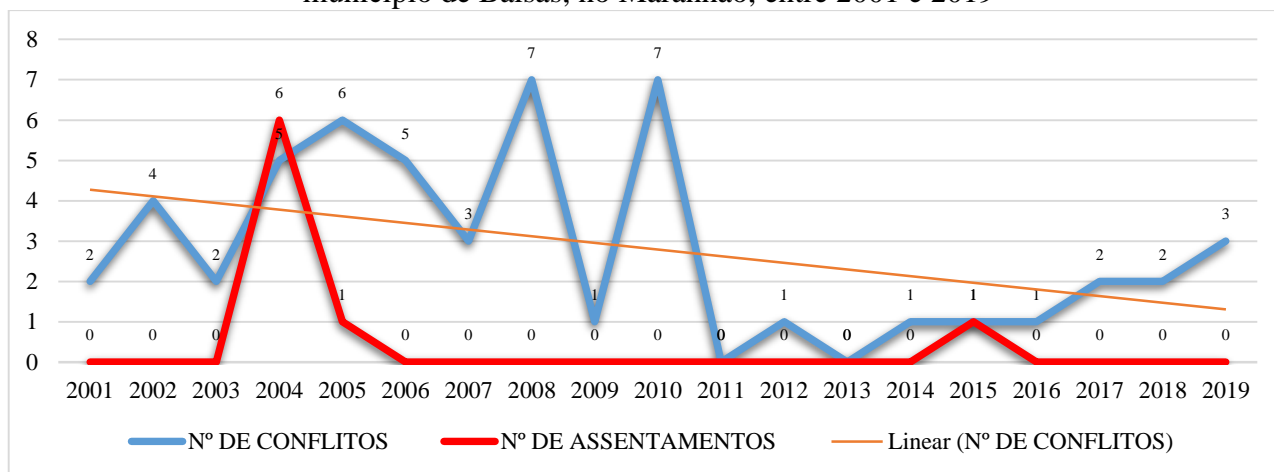
Moreira, apud Rodrigues e Alencar (2007), afirma que o espaço geográfico nasce da tensão entre o local (recursos) e a disposição (interesses), e que a seletividade é um processo importante que se dá devido às diferenças das estruturas, ou seja, poder econômico. Essas diferenças são o resultado de inúmeros fatores de classificação espacial, incluindo os físicos e econômicos. A seletividade surge de acordo com a demanda do modo de produção predominante do local.

O conflito pela imposição de determinadas culturas agrícolas é uma das questões existentes entre o agronegócio e o campesinato na região de Balsas, ainda que ocorra de forma encoberta, sem chamar a atenção da sociedade em geral, pois, muitas vezes, só é percebido numa análise mais acurada dos dados. A luta do agricultor camponês contra o crescimento do agronegócio sobre suas terras é para ele uma forma de se manter com seus próprios meios e suas próprias características de vida e de

produção, para assim poder ser o compositor da sua própria história e não submeter sua vida aos ditames do grande capital. Esse conflito é entendido como “[...] as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção” (CPT, 2007, p. 10).

Em Balsas, o número de conflitos por terra no período de 2001 a 2019 soma 53 ocorrências, com algum recrudescimento nos anos de 2008 e 2010 (Figura 7), quando foram registrados sete conflitos por disputa de terras entre camponeses e produtores.

**Figura 7** – Gráfico da evolução dos conflitos pela terra e da criação de assentamentos rurais no município de Balsas, no Maranhão, entre 2001 e 2019



Fonte: CPT, INCRA, 2020.

A instalação de assentamentos no município não resultou em redução das disputas espacializadas na sua área de abrangência, pois eles representam apenas uma medida paliativa, com vistas a amenizar os conflitos pela terra, e não a concretização de uma política consistente e sistemática de reforma agrária, o que explica a razão de tamanha ineficiência na resolução desses confrontos em todo o país. Ressalta-se que o município de Balsas possui o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Maranhão e, talvez por isso mesmo, os conflitos que nele insurgem são rapidamente abafados, para que o maior polo produtor de grãos do estado não seja exposto nas mídias como um território marcado por disputas e conflitos fundiários.

Alguns desses conflitos decorrem da localização geográfica das áreas de assentamentos rurais, muito próximas de terras adquiridas por fazendeiros para a implantação de campos de produção de soja, o que gera inúmeras dificuldades às famílias camponesas assentadas. Como exemplo, podemos citar o impedimento da criação de animais soltos nas áreas de chapada. Essa é uma prática que compõe o sistema tradicional de produção praticado pelos camponeses: as roças é que são cercadas, enquanto os animais pastoreiam nas áreas de uso comum, no caso da região, a chapada. Na situação atual, ocorre o inverso, pois, como os campos de soja não são cercados, a criação de animais é que deve ser limitada.

Para uma melhor compreensão dos conflitos no município de Balsas, foram selecionados, como base empírica, dois assentamentos implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os quais se encontram em distintas fases de instalação e apresentam também diferentes causas de conflitos. O Assentamento Rural São José está localizado a 90 km da sede do município de Balsas. Foi implantado há 14 anos, período em que foram registrados diversos conflitos socioterritoriais, muito em razão da topografia do lugar, que possui as características almeçadas pelo agronegócio.

Já o Assentamento Rural Gado Bravinho, localiza-se a aproximadamente 70 km do sítio urbano de Balsas e está ainda em fase inicial de implantação. Tendo sido criado há cerca de seis anos, enfrenta atualmente muitas dificuldades estruturais e de afirmação como território camponês, dentre



as quais os diversos conflitos socioterritoriais entre os assentados e os proprietários sojicultores das áreas circunvizinhas.

## 6.2. Projeto de Assentamento São José

A história do Projeto de Assentamento (PA) São José começou a ser delineada no ano 2000, quando parte da então fazenda São José foi liberada, pelo seu proprietário, para que alguns camponeses pudessem cultivar sua roça. Três anos depois, com a morte do fazendeiro, as terras foram herdadas por sua esposa. Com a intenção de se desfazer da propriedade, ela decidiu expulsar os camponeses por meio da força, empregando diversos expedientes, o que provocou conflitos que se arrastaram até o ano de 2005, quando o INCRA interveio, criando o Projeto de Assentamento São José.

O PA São José abrange uma área de 1.125 hectares no município de Balsas - MA, criado pelo INCRA em 01 de agosto de 2005, por meio do processo INCRA/SR - 12/nº 54230.001706/2003-65, fruto do mandado de imissão de posse nº 692/2005/SECIV expedido pelo juizado federal, beneficiando dez famílias que ali já residiam e mais vinte e nove oriundas de outras áreas, com capacidade para abrigar mais três, destinando a cada família uma área de 31,5 hectares.

Em 2010, o Assentamento recebeu energia elétrica, no âmbito do Programa “Luz para Todos”, do governo federal. Hoje, passados vários anos de sua criação, conta com uma agrovila (Figura 8) composta por 42 casas; uma escola improvisada, onde os alunos cursam o Ensino Fundamental, que funciona, temporariamente, em algumas casas da agrovila cedidas pelas famílias assentadas, enquanto se aguarda a conclusão das obras de uma nova escola, em fase adiantada de construção, com mais espaço e melhor infraestrutura; e uma descascadora de arroz que atende as famílias que ali residem e produzem, além do arroz, feijão, mandioca, macaxeira, amendoim e milho.

**Figura 8** – Agrovila São José



**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2017.

Segundo as lideranças do Assentamento, não há na atualidade nenhum conflito com seus vizinhos produtores de *commodities*, ainda que a área esteja cercada por fazendas produtoras de soja. Contudo, as famílias ali instaladas sofrem as consequências por estarem “ilhadas” entre as grandes plantações. O maior problema relatado refere-se à constante exposição dos assentados aos agrotóxicos utilizados nas plantações, principalmente de soja: há relatos de crianças que teriam adoecido e, também, sobre a contaminação do riacho São José, que corta o assentamento e de onde as famílias assentadas coletam água para a realização de todas as atividades de consumo diário. As lideranças mencionaram ainda que assentados são assediados por alguns fazendeiros que tentam persuadi-los a vender seus lotes e, como exemplo, contaram um caso desses ocorrido em 2016, que

só não teve a venda concretizada porque, além de se tratar de transação ilegal, toda a comunidade se mobilizou para impedi-la.

Cabe observar que, do ponto de vista das lideranças do Assentamento São José, nem o problema da contaminação do riacho, fonte de abastecimento das famílias e base para todas as suas atividades econômicas, nem o assédio aos membros da comunidade com vistas a fragilizar os assentados e, conseqüentemente, colocar em risco a própria existência do Assentamento, configuram um conflito, ou causa imediata para desencadeá-lo. Seu posicionamento possivelmente decorra, entre outras causas, do conformismo, da ignorância, do medo do confronto, ou da condição de subordinação a que historicamente o campesinato está submetido. O fato é que o agronegócio, como atividade econômica hegemônica, e os seus representantes políticos despoticamente dominantes se aproveitam, sem qualquer pudor, dessa condição de alienação dos camponeses, principalmente daqueles não vinculados a movimentos sociais de luta pela/na terra.

### 6.3. Projeto de Assentamento Gado Bravinho

A criação do Assentamento Rural Gado Bravinho resulta de uma luta histórica dos camponeses da região, mas que se efetivou apenas em 05 de novembro de 2013, através da Portaria do INCRA SR (12) MA Nº 60/2013. Após a desapropriação, o imóvel rural denominado Fazenda Monte Líbano, com área de 2.012 hectares, localizado no município de Balsas - MA, declarado de interesse social para fins de reforma agrária pelo ato Decreto s/nº de 19 de fevereiro de 2010, teve sua imissão de posse definida em 07/11/2012, como dispõe o Artigo 1º da citada Portaria: “Destinar o referido imóvel à constituição do Projeto de Assentamento Gado Bravinho [...]”.

Todavia, mesmo com toda a documentação homologada e deferida, o Assentamento, na prática, ainda não foi instalado, ou seja, existe de direito, mas não de fato. Tal circunstância tem causado muita insegurança e também muitas situações conflituosas entre aqueles que são oficialmente os destinatários da área e os grileiros que, na grande maioria, são representantes do agronegócio da região ou estão sob suas ordens, alguns, proprietários de áreas limítrofes com a do Assentamento e com pretensões de ampliar seus domínios.

O Assentamento se encontra numa situação de completo abandono por parte do INCRA, pois nem mesmo os lotes das famílias assentadas foram demarcados, bem como nenhum recurso foi disponibilizado a fim de viabilizar a vida na área, onde há apenas barracos improvisados para moradia, e um outro que serve de escola para as crianças (Figura 9), em condições muito precárias, mas que os camponeses defendem com muito vigor.

**Figura 9** – Escola do Projeto de Assentamento Gado Bravinho



**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2017.



Destacamos a forma peculiar da organização territorial dos camponeses nesta região, que preferem instalar suas moradias e roças na parte baixa do terreno, cujas características são mais adequadas à exploração camponesa, como umidade mais acentuada e maior disponibilidade de nutrientes aflorados. Além disso, não competem espacialmente com a soja, pois essas áreas muitas vezes são mais íngremes, o que não favorece a lavoura mecanizada. Ainda assim, apresentam alguns obstáculos aos camponeses, pois o acesso é mais difícil, obrigando-os a circular em estradas muito precárias. O maior problema, entretanto, reside no fato de serem alvo da cobiça dos latifundiários que as desejam para utilizar como reservas legais, garantindo assim todo o espaço disponível das chapadas para a lavoura mecanizada.

As famílias camponesas que foram assentadas no PA Gado Bravinho já ocupavam a área e a transformaram em seu território há muitos anos, como relata um dos seus líderes, cujos pais, segundo ele, teriam ocupado parte daquelas terras em 1987, portanto, muito antes da chegada dos cinco principais grileiros que estariam ameaçando os camponeses, alegando serem os legítimos proprietários das terras que desde novembro de 2013 passaram a compor o PA Gado Bravinho. Nesse embate, porém, como é característica da ação de grilagem, não apresentam nenhum documento juridicamente válido, mas valem-se de jagunços armados que rondam as habitações dos assentados e aterrorizam as famílias, no intuito de expulsá-las de seus territórios usando todo tipo de artifício e violência: queimam os barracos (Figuras 10 e 11) que os abrigam; matam seus animais; cortam os arames das cercas improvisadas para delimitar seus lotes e separá-los das fazendas do agronegócio; queimam suas lavouras; disparam armas de fogo a esmo a fim de amedrontá-los. Em alguns casos, todavia, essas agressões, acompanhadas da omissão e até da cooptação de alguns agentes públicos, têm conseguido relativo êxito, pois, temendo pela própria vida ou de seus familiares, alguns camponeses desistem da luta.

**Figura 10** – Barraco queimado em 13/01/2018



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

**Figura 11** – Barraco queimado em 24/01/2018



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os camponeses de Balsas são pessoas simples, em sua maioria, filhos do Maranhão ou migrantes oriundos do sertão nordestino que, em busca de melhores condições de vida, rumaram para a região na década de 1980, fugindo muitas vezes da seca e de conflitos territoriais, trazendo consigo suas famílias e seus poucos recursos, mas também traços peculiares, como tradições e religiosidade aguçada. Tais traços de autenticidade do modo de viver, plantar e socializar são gradativamente subtraídos, justamente dos que têm suas vidas pautadas na luta pela conquista e manutenção de seus territórios, na busca incansável pela sobrevivência.

Formada por caboclos, indígenas, negros, ribeirinhos, quebradeiras de coco e por vários outros povos de características únicas e agregadoras, portadores de uma cultura tradicional marcada pela convergência de conhecimentos da base de vida, essa classe de trabalhadores do campo é sordidamente discriminada e lançada às margens da sociedade pelo capital e pelo poder público.

Como elemento central da identidade campesina, a terra é mais do que um substrato ou simplesmente o lócus de habitação e de desenvolvimento de atividades econômicas; é, antes de tudo, um território de vida, carregado de ideologias, simbologias e afetividades, como se percebe na fala de um camponês balsense de 86 anos: “*é da terra, para a terra e pela terra que se vive [...], não tenho como explicar o que isso aqui é para mim, mais que minha vida, isso aqui sou eu, é minha marca, minhas raízes estão aqui...*”. O relato desse senhor evidencia o valor da terra, assim como o desejo de manutenção das estruturas e articulações sociais tradicionais (modo de vida) e dos costumes mais simples, como o pedido de benção dos filhos aos pais todas as manhãs, a ida em família para a “roça”, a festa da “queima da loba” para a nova plantação, a troca de alimentos e produtos entre as famílias, as rodas de conversa diárias na porta das casas, a missa aos domingos, a escuta do radinho à janela, aspectos peculiares de quem sabe viver com pouco, mas com qualidade.

A população brasileira, majoritariamente, tem suas raízes no campo. Se não diretamente, quase todos possuem laços que remetem ao campesinato, por meio de seus ancestrais, que em algum momento da vida teriam sentido na própria pele as agruras daqueles que enfrentam as vicissitudes da natureza, a angústia da chegada da estação certa para o plantio ou para a colheita. Porém, tais laços se perdem com o passar do tempo e com a migração para os centros urbanos. As lembranças podem até não ser muitas, nem tão boas, ao ponto de não se pretender o retorno às origens, mas a questão é: por que não se aliar àqueles que lutam bravamente para a manutenção das características que lhes são vitais? Por que a passividade e a omissão diante da luta daqueles de quem se descende, que têm sofrido todo tipo de pressão por parte dos representantes do agronegócio, os quais buscam tão somente o lucro, sem qualquer preocupação com as questões sociais, culturais e ambientais, e que recorrem a todos os artifícios para expropriar e desterritorializar o campesinato?

## NOTAS

<sup>1</sup> O Programa de Integração Nacional (PIN), de cunho geopolítico, foi instituído pelo governo militar brasileiro por meio do Decreto-Lei Nº1.106, de 16 de julho de 1970, assinado pelo Presidente Garrastazu Médici.

<sup>2</sup> O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER se insere num projeto de cooperação econômica bilateral Brasil-Japão para o desenvolvimento agrícola em áreas do cerrado brasileiro. Teve início em um comunicado conjunto assinado pelo primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka, e pelo então presidente do Brasil, Ernesto Geisel, em setembro de 1974, e sua vigência se estendeu até 2001.

<sup>3</sup> Decreto nº 8.447, de 06 de maio de 2015, do governo federal, dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA e a criação de seu Comitê Gestor.

<sup>4</sup> O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) teve sua origem em 1955 quando, por meio do Decreto nº 37.106, foi instituída a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação. “Tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola” (Cartilha Nacional da Alimentação Escolar).

<sup>5</sup> Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do governo federal direcionada ao enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, ao fortalecimento da agricultura familiar. Para isso, propõe mecanismos de aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações.

## REFERÊNCIAS

ASSELIN, V. **Grilagem: Corrupção e Violência em Terras de Carajás**. Petrópolis: Vozes, 1982.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal. Serie 1999 – 2015**. Disponível em: [www.sidra.ibge.br](http://www.sidra.ibge.br). Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/htm). Acesso em: 04 jul. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER**. Disponível em: <http://www.campo.com.br/proceder/>. Acesso em: 09 jul. 2017.

CARVALHO, H. M.; COSTA, F. A. **Agricultura Camponesa**. In: Caldart, R. S. *et al.* (org.) Dicionário da Educação do campo. Rio de Janeiro – São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expreção Popular, 2012. p. 32 – 40.

Comissão Pastora da Terra – CPT. **Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2007**. Goiânia 2008.

Comissão Pastora da Terra – CPT. **Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia, 2017.

Comissão Pastora da Terra – CPT. **Ocorrência de Conflito por Terra**. Serie: 1985 a 2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/36-conflitos-por-terra-ocorrencias?Itemid=-1>. Acesso em: 05 jun. 2017.

Diário de Balsas. **Balsas é o terceiro maior município produtor de grãos de soja da região do Matopiba**. Balsas-MA (2016). Disponível em: <http://www.diariodebalsas.com.br/noticias/agronegocios-14678.html>. Acesso em: 27 dez. 2016.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Desenvolvimento Territorial Estratégico para Região do MATOPIBA** - Parceria INCRA e EMBRAPA (MDA e MAPA), 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/index.html>. Acesso em: 29 abr. 2020.

FERNANDES, B. M. **Teoria dos territórios e da questão agrária**. UNESP, São Paulo, 2008. p. 296.

FERREIRA, A. J. A. **Políticas Territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. São Paulo, 2008. (Doutorado em Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo).

GIORDANO, S. R. **Competitividade Regional e globalização**. São Paulo: Departamento de Geografia, USP. 1999. (Doutorado em Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo).

GROSSMAN, S. L. **The political ecology of bananas**: contract farming, peasants, and agrarian change in the Eastern Caribbean. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1998.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010 - Cidade**. IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 nov. 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades – Balsas/MA**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/balsas>. Acesso em: 23 mar. 2019.

LITTLE, P. E. **Ecologia política como etnografia**: uma guia teórica e metodológica. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista NERA – Ano 11, N.12 – Presidente Prudente, 2008.

PISCIOTTA, K. **Pesquisa científica em unidades de conservação da Mata Atlântica paulista**. 2003. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RODRIGUES, S. J. D.; ALENCAR, F.A.G. Conflitos territoriais no espaço agrário maranhense. *In*: MOREIRA, R. **O espaço e o contra-espaço**: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. 2007.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, A. R.; CUNHA, V. V. **A Luta pela Terra no Maranhão**: Caso do Bico do Papagaio. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. **Anais [...]** Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia 2012.

SINDIBALSAS; BALSAS, Prefeitura Municipal de. **Solicitações e Reivindicações da Classe Produtora do Maranhão**. 2005, (impresso).

WOORTMANN, K. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. *In*: CARVALHO, H. M. (Org.) **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, P. **Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil mal**: o caso das usinas hidrelétricas. Revista Ambiente & Sociedade, v. 10, n. 2, p. 119-135, jul./dez. 2007.

**Data de submissão:** 07.07.2018

**Data de aceite:** 06.05.2020

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.